



Por que Salinas fracassou?

Ao impor um plano de ajuste que concentrou a riqueza, o anterior governo mexicano abandonou a política tradicional e abriu caminho para uma crise política, econômica e social que explodiu nas mãos de Ernesto Zedillo

José Steinsleger

Há 20 anos, um grupo de renomados economistas mexicanos obtinha seus doutorados em Economia, Finanças e Administração de Empresas em universidades dos Estados Unidos. Entre eles, figuravam o ex-presidente Carlos Salinas de Gortari e o atual, Ernesto Zedillo.

Na mesma época, outro grupo de jovens estudantes, como o subcomandante rebelde "Marcos", passou a morar no lugar mais afastado e paupérrimo do México para organizar com os povos indígenas de Chiapas o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

A retórica do primeiro grupo rejeitou os mitos nacionalistas da Revolução Mexicana; a do segundo, questionou os mitos ideológicos da Guerra Fria. E ambos conseguiram se fazer ouvir. Os primeiros com o apoio dos grandes grupos financeiros e dos monopólios; o segundo, com o respaldo das comunidades indígenas e camponesas do sudeste mexicano.

No calor das teses neoclássicas em economia e neo-empiristas em política, os seguidores de Salinas aderiram a vocábulos como "modernização", "eficiência", "crescimento econômico", "desregulamentação" e "liberalização do comércio".

Em compensação, o EZLN lembrou as "sete vergonhas" das quais fala o *Po-Pol-Vuh*, o livro sagrado dos maias (orgulho, ambição, inveja, crime, ingratidão, intolerância e mentira), e exigiu o que, na sua opinião, o primeiro grupo havia esquecido de levar em consideração: "liberdade", "democracia", "justiça".

As raízes do modelo salinista

Encurralado pela queda vertiginosa dos preços do petróleo e uma dívida que, entre 1974 a 1981, saltou de 26 bilhões para 76 bilhões de dólares, a chamada "administração da abundância" do governo do presidente José López Portillo acabou muito mal. Como se diz popularmente depois de uma bebedeira, o México



Um triste final para Salinas, que pretendia uma sucessão sem turbulências

despertou do frenesi petrolífero com uma "ressaca infernal".

O esbanjamento, a corrupção e o delírio do novo rico completaram o quadro de crise. O país ficou em situação de virtual insolvência. E o remédio aplicado se mostrou pior que a doença: a nacionalização do sistema bancário e o controle de câmbios. Nesse sentido, é muito ilustrativo um comentário feito por López Portillo: "Presidente que desvaloriza, presidente desvalorizado."

O novo presidente que substituiria Portillo deveria, segundo a elite dirigente, dominar as questões econômicas, ser austero, ter experiência em assuntos orçamentários e trajetória de político disciplinado nas fileiras do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Miguel de la Madrid foi o escolhido.

Na Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPP), De la Madrid colocou um jovem economista com doutorado em Harvard: Carlos Salinas de Gortari, autor do Plano Nacional de Desenvolvimento de 1983.

Em 1981, Salinas havia sido diretor do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do PRI (Iepes), entidade que havia se transformado em uma verdadeira Escola de Crotona, ao estilo mexicano. Esta escola de filosofia, que existiu no século VI antes de Cristo, era dirigida por Pitágoras e seu lema favorito era "tudo é número". O mestre e seus discípulos afirmavam que o Estado era um número a mais, ao qual a sociedade devia submeter-se para viver racionalmente.

No Iepes, Salinas reuniu seus velhos companheiros de estudo em torno de um objetivo ambicioso: chegar à presidência da República. Ideologicamente, os salinistas representavam um grupo social muito específico: a tecnocracia.

Tecnocracia no poder

Na Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPP), Salinas de Gortari defendeu a corrente fundo-monetarista que recomendava a redução do aparelho estatal e do orçamento público, em confronto com a que sugeria a expansão do gasto social inspirada nas teses da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

O discurso tecnocrático do salinismo qualificou de "subjetivo" tudo o que fugia à lógica do "número". E para polemizar com os "pré-modernos", o presidente se cercou de uma corte de solícitos e talentosos cientistas sociais com passado de esquerda e complexo de culpa.

A rápida inserção dos tecnocratas nos postos estratégicos do sistema financeiro foi possível em virtude do conhecimento técnico das teorias monetaristas. Sua doutrina mereceu o nome de "liberalismo social", ou seja, "liberdade de mercado mais justiça social". Controlado pelo PRI desde 1929, o Congresso do México resultou ideal para a tecnocracia: uma fachada onde a pitecência verbal dos debates mais importantes alcançava sua forma simbólica mais acabada.

O PRI sempre foi alvo de enorme inveja dos políticos latino-americanos, por sua capacidade



O controle da inflação foi conseguido às custas do congelamento de salários e do aumento do desemprego

de falar sem dizer nada ou de "negociar", respaldado por montanhas de pesos (a moeda local), até impor sua vontade. E, por fim, devido a esse inigualável estilo de direção vertical, rigidamente institucionalizado e com sutil experiência em comprar, seduzir e desacreditar todos aqueles que não aceitavam a megalomania presidencial.

Por exemplo, não é por acaso que Pedro Aspe, ex-ministro da Fazenda de Salinas, tenha tido durante a sua gestão uma relação direta com Domingo Cavallo, ministro da Economia do presidente da Argentina, Carlos Menem.

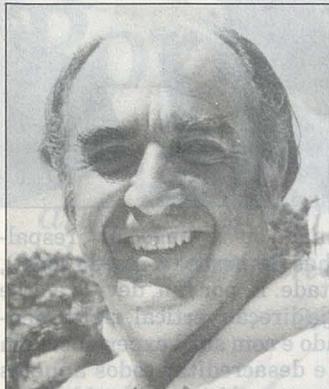
Remando contra a maré, De la Madrid elegeu Salinas de Gortari seu sucessor, algo que no México garante automaticamente o cargo de futuro presidente da República. Esta designação provocou um racha no partido e a saída de destacados dirigentes do PRI, liderados por Cuauhtémoc Cárdenas, que decidiram fundar o Partido da Revolução Democrática (PRD).

Capital investido na especulação

Em 1989, enquanto Salinas assumia a presidência após a realização de eleições qualificadas pela oposição de "fraude gigantesca", o secretário do Tesouro norte-americano Nicholas Brady anunciava sua estratégia para aliviar o problema da dívida externa do Terceiro Mundo. Basicamente, o Plano Brady recomendava um tratamento especial a todos os países que aceitassem o controle direto de suas economias por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Departamento do Tesouro norte-americano.

Dois fatores contribuíram para que o governo mexicano decidisse reestruturar a economia de acordo com as regras fixadas por Brady: sua condição de segundo maior devedor do mundo e as profundas mudanças na economia internacional depois da desintegração da União Soviética e do bloco socialista.

Em novembro de 1991, em sua mensagem anual ao Congresso, Salinas anunciou "o fim da recessão", baseado em um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 4% e no controle da inflação que, como sempre acontece, se consegue à custa do congelamento dos salários. Em fins do ano seguinte, foi modificada a lei de investimentos estrangeiros e o capital externo entrou maciçamente no México. A medida compensou o déficit da balança comercial e reverteu a tendência ao vermelho (naquele momento o país



José López Portillo



Miguel de la Madrid

registrava a entrada de 18 bilhões de dólares contra 32 bilhões de divisas exportadas). No entanto, os capitais estrangeiros preferiram investir na Bolsa e não no setor produtivo.

Super-ricos e superpobres

Nos primeiros quatro anos, com Pedro Aspe como secretário da Fazenda, o grupo de seguidores de Salinas reduziu o Estado, liquidou as indústrias, empresas e meios de comunicação para-estatais, vendeu e reprivatizou os bancos e implantou uma política tributária extremamente rígida. Como nunca antes na história do México, o modelo concentrou a riqueza nas mãos de 37 arquivilionários que passaram a ser responsáveis por 22% do PIB, concedendo-lhe uma influência infinitamente superior à que tinham no modelo de economia mista.

Segundo a revista norte-americana *Forbes* de 12 de julho de 1993, 13 dos homens mais ricos do mundo são mexicanos, com mais de 1 bilhão de dólares cada um. O homem mais rico da América Latina é Emilio "o Tigre" Azcárraga, dono da Televisa e com um patrimônio pessoal declarado de 5,1 bilhões de dólares.

A Faculdade de Economia da Universidade Autônoma do México (Unam) assegura em um estudo que só em 1994, quando a crise já anunciava a catástrofe do final deste ano, os bancos elevaram seus lucros em 41%. No entanto, nos anos de abertura total aos mercados internacionais e quando Aspe tratava de demonstrar que "a pobreza e o desemprego eram mitos geniais" (*sic*), números oficiais indicavam que 40 milhões de mexicanos – a metade da população total – mergulhavam na pobreza e no desespero, enquanto apenas oito milhões de mexicanos de médio e alto poder aquisitivo (10% da população) festejavam os acertos do modelo salinista.

As importações privadas cresceram de maneira inusitada e o setor se endividou a níveis nunca antes vistos. Antes de 1988, o setor público se endividava e para sair da crise se desvalorizava o peso. A partir de então, era o setor privado que contraía mais e mais dívidas.

A meados de 1993, a recessão econômica alarmou o Banco Mundial, empresários e trabalhadores: desemprego, salários baixos, inflação e altas taxas de juros nos bancos; menos créditos às empresas, diminuição da produção, queda das exportações, atraso na modernização das indústrias, pobreza, menos democracia, mais tensões no PRI, crescimento reduzido, alto déficit, baixa poupança privada e sobrevalorização da moeda, davam progressivamente conta da crise estrutural do modelo.

A questão chiapaneca

Obcecado com a idéia de passar uma imagem de "país estável" para os investidores estrangeiros e na véspera da incorporação do México ao Nafta, Salinas menosprezou as advertências de seus serviços de informação e avançou as negociações com Washington.

E em 1º de janeiro de 1994, o dia que o Nafta entrou em vigor, a realidade que não se queria enxergar explodiu em Chiapas. Surpreendentemente, o que a princípio parecia ser um foco de violência exercido por guerrilheiros, se transformou de uma dia para outro em um autêntico debate público, que dominou todo o ano de 1994.

Quanto às empresas norte-americanas, é interessante relembrar as declarações de Nelson Rockefeller, quando, a propósito da guerra de Chiapas, disse em nome das 200 empresas norte-americanas com maiores investimentos no México: "...Chiapas nunca foi prioridade para o investimento estrangeiro e embora a situação seja preocupante, a violência teria que generalizar-se e estender-se a outras regiões mais promissoras para que os investidores tomassem a iniciativa de abandonar o México e dar as costas ao presidente Carlos Salinas de Gortari" (*El Financiero*, 11/01/94).

Os assassinatos de Colosio e Massieu

Não obstante, a situação de instabilidade e perigo de guerra civil no México está tirando o sono dos investidores norte-ameri-





22% e se transformou no fator que mais consumia o PIB, alcançando a soma de cem bilhões de dólares. Com a desvalorização de dezembro, a dívida chegou a 140 bilhões de dólares e atingiu 60% do Produto Interno Bruto. Da Cidade do México a Buenos Aires, passando por Santiago do Chile e Rio de Janeiro, trepidaram todas as bolsas de valores do continente.

No último dia de 1994, o presidente Zedillo deu um amargo presente aos mexicanos: um Plano de Emer-

canos, que temem perder entre oito e dez bilhões de dólares.

Os setores mais tradicionais do PRI, chamados pela opinião pública de “dinossauros”, aproveitaram a crítica conjuntura provocada pela revolta de Chiapas para voltar suas baterias contra os “modernizadores” do salinismo. Em março e setembro de 1994, foram assassinados Luis Donaldo Colosio, candidato a presidente pelo PRI, e José Francisco Ruíz Massieu, secretário geral do mesmo partido. Os dois líderes eram destacados membros do denominado “Grupo Compacto” do gabinete salinista.

Em pleno ano eleitoral, a crise e a situação política repercutiram no fator externo (espinha dorsal dos programas econômicos) e nas perturbadoras reacomações políticas do PRI frente à sucessão presidencial.

Na véspera de receber a faixa presidencial e diante da crescente fuga de divisas e da sobrevalorização do peso em relação ao dólar, o presidente eleito Ernesto Zedillo repetia as lições aprendidas em Yale junto a seu companheiro, o efêmero ex-secretário da Fazenda Jaime Serra Puche: “...as exportações são um problema de produtividade, de competitividade, de penetração de mercados externos que não pode ser compensado por uma política de desvalorizações.”

Poucas semanas depois, os guerrilheiros de Chiapas suspenderam a trégua e o problema “técnico” da desvalorização se transformou no que realmente era: um problema político. As teorias monetárias do salinismo caíram por terra e o setor público voltou a endividar-se.

“Tudo se reduz a números”

Enquanto, em 1988, ao iniciar o programa de sua reestruturação, a dívida representava menos de 8% do PIB, ao finalizar 1992, saltou para

A queda do peso frente ao dólar deixou em evidência a fragilidade do “sonho mexicano”

gência Econômica. Para Rubén Barríos Graff, diretor da Associação Nacional de Empresas, “...o Plano é uma dose a mais do mesmo remédio: seu esquema, metas e estratégia fazem parte do modelo que nos levou à atual situação e obviamente nos amarra aos Estados Unidos, ao FMI e ao Banco Mundial.”

Em uma medida insólita e que revela o profundo interesse dos Estados Unidos para evitar a desestabilização do México, o presidente Bill Clinton promoveu junto ao Grupo dos Sete (que além dos EUA, reúne o Canadá, Japão, Reino Unido, França, Itália e Alemanha) uma operação extraordinária com o objetivo de reerguer as finanças mexicanas e mandar um sinal de confiança aos mercados internacionais e aos investidores de seu sócio no Nafta.

Para explicar o desastre econômico do México, o mundo financeiro insiste em explicar a crise sob o prisma dos filósofos da Escola de Crotona: *Tudo é número*. Em outras palavras: déficit na conta de capitais e na balança comercial; alta ou queda das reservas monetárias; excessivo gasto público; serviços da dívida externa e liquidez de divisas.

A história conta que os habitantes de Crotona, que certamente ignoravam tudo sobre a complexa capacidade de abstração e a utopia dos pitagóricos, não se deixaram convencer pela idéia de que a sociedade perfeita era aquela na qual as terras e as riquezas se dividiam entre os aristocratas. Um dia se revoltaram, queimaram o templo das Musas e venceram os discípulos de Pitágoras.

Por isso, quando os indígenas chiapanecos questionaram o “rigor científico” da tecnocracia salinista, lembraram, simultaneamente, que todo modelo econômico eficaz deve cumprir três requisitos básicos: 1) criar riqueza; 2) distribuí-la; e 3) fazê-lo em um clima de estabilidade política e social. Caso contrário, estará destinado ao fracasso. ■